

Introdução:

O sistema prisional brasileiro enfrenta superlotação e violações de direitos que tornam a ressocialização quase inviável. Os efeitos do encarceramento ultrapassam a prisão e atingem as famílias, que sofrem estigma, preconceito, isolamento e impactos emocionais e financeiros. Muitas vezes invisibilizados, esses familiares carregam um peso que não é deles, afetados pelo julgamento social e pela falta de apoio.

Este projeto investiga como o estigma influencia o egresso após a pena e como essa exclusão recai injustamente sobre sua família, mostrando que a reintegração depende do contexto social em que ambos estão inseridos. O preconceito dificulta o retorno do egresso ao trabalho e à vida comunitária, aumentando a carga emocional e financeira da família, limitando oportunidades e contribuindo para ciclos de exclusão e maior risco de reincidência.

Desenvolvimento e Metodologia:

A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental, revisão bibliográfica, dados oficiais e relatos de famílias de egressos. Os materiais utilizados mostram a superlotação, a falta de separação entre tipos de crimes, o descumprimento da Lei de Execução Penal e os altos índices de reincidência, evidenciando condições precárias que dificultam a ressocialização e ampliam o estigma após a liberdade.

Também foram analisadas políticas públicas de reintegração, como o Escritório Social, que oferece apoio, mas ainda alcança poucas pessoas. Os resultados mostram que o estigma social atinge diretamente as famílias, que enfrentam julgamentos, vergonha e dificuldades financeiras, revelando que a pena ultrapassa o indivíduo preso e afeta de forma profunda pessoas que não cometeram crime, mas sofrem suas consequências.

Gráfico 1 - Taxas de Reincidência



Fonte: Migalhas Quentes

Resultados e Conclusão:

Conclui-se que o estigma social afeta o egresso de maneira profunda, mas atinge igualmente, ou até mais, sua família, que enfrenta exclusão, sofrimento emocional, desafios financeiros e preconceito constante. Apesar de existirem políticas públicas voltadas à reintegração, elas são insuficientes diante da magnitude do problema e não contemplam de maneira adequada as necessidades das famílias. A pesquisa demonstra que a reinserção social só é possível quando o Estado, a sociedade e a comunidade reconhecem que punir a família é perpetuar um ciclo de exclusão que aumenta a desigualdade e diminui as chances de reconstrução de vida.

Diante disso, é evidenciado a importância de políticas integradas, apoio psicossocial acessível e oportunidades reais de trabalho e educação, para que tanto o egresso quanto sua família possam retomar suas vidas com dignidade. A pena não deve ultrapassar a pessoa condenada, e a família não pode continuar pagando por algo que não cometeu.

Referências:

BÖHM, Thais. **Desconfiança e preconceito da sociedade dificultam ressocialização de presos**. Jornal do Senado, 26 set. 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/desconfianca-e-preconceito-da-sociedade-dificultam-ressocializacao-de-presos>. Acesso em: 20 ago. 2025;

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Observatório Nacional dos Direitos Humanos disponibiliza dados sobre o sistema prisional brasileiro**. Gov.br, 3 fev. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/observatorio-nacional-dos-direitos-humanos-disponibiliza-dados-sobre-o-sistema-prisional-brasileiro>. Acesso em: 27 ago. 2025;

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. **Síntese de evidências: enfrentando o estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias**. Brasília, DF: Instituto Veredas, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/sinteseevidencias_estigma_setembro1.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

Figura 1 - Capa do álbum “Sobrevivendo no Inferno” (1997)



Fonte: Wikipédia